

## **Movimento #EleNão: reconhecimento e afirmação do ato de fala das mulheres na política**

#EleNão movement: acknowledgement and affirmation of women's speech in politics

Maria Simone Vione Schwengber

Professora doutora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul.

simone@unijui.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-3583-1408>

Naira Leticia Giongo Mendes Pinheiro

Doutoranda na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul.

nairaleticiamendespinheiro@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-7920-1478>

*Recebido em 21 de janeiro de 2019*

*Aprovado em 28 de janeiro de 2020*

*Publicado em 24 de junho de 2020*

### **RESUMO**

O foco deste artigo está em discutir a emergência de vozes das mulheres brasileiras na contemporaneidade – da condição de silêncio e inferiorização das “subalternas” até as fraturas e, por consequência, as falas e manifestações nas redes digitais e nas ruas. No artigo, propõe-se um debate sobre as seguintes questões: como tem se dado a passagem entre o silêncio e a fala das mulheres nos espaços públicos? A partir de que condições? Como *corpus* das análises, utilizamos o movimento #EleNão (2018). O percurso teórico-metodológico para a análise é inspirado na perspectiva foucaultiana do acontecimento discursivo. Das análises, destacamos que o movimento #EleNão reatualiza a luta do reconhecimento do outro da política – Elas. #EleNão emerge como política de performatividade, de ações corporais e gestuais de resistência, de exposição do direito de falar, de aparecer no sentido de existir, de lutar contra as precariedades das existências. #EleNão produz sentidos de ação política no imaginário social brasileiro, isto é, reposiciona certa saída da condição das mulheres como subalternas que não falam. #EleNão surge como espaço para tensionar/pensar o feminismo nos interstícios de suas igualdades e diferenças no campo das relações de gênero.

**Palavras-chave:** Mulheres; Fala; Reconhecimento.

## ABSTRACT

The focus of this paper is to discuss the emergence of Brazilian women's voices in contemporaneity – from the condition of silence and inferiorization of “subalterns”, to the disruptions and, consequently, speeches and manifestations in both digital networks and the streets. In this paper, we propose a debate on the following questions: How has the passage from women's silence to their speech in public spaces occurred? From which conditions? We used #EleNão (2018) movement as our corpus for analysis. The Foucauldian perspective of discursive event inspired the theoretical-methodological path for analysis. From the analyses, we can highlight that #EleNão movement has re-updated the struggle for acknowledgement of the other in politics – She. #EleNão has emerged as politics of performativity, bodily and gestural actions of resistance, and display of the right to speak, to appear in the sense of existing, to fight against the precariousness of existences. #EleNão has produced meanings of political action in the Brazilian social imagery, that is, it has repositioned a kind of leave from women's condition as voiceless subaltern beings. #EleNão has become a space to problematize/think about feminism in the interstices of its equalities and differences in the field of gender relations.

**Keywords:** Women; Speech; Acknowledgment.

## Da condição de silêncio da inferiorização às fraturas: falas das “subalternas”

No final de um almoço com a família, já no período do segundo turno das eleições brasileiras de 2018, afirmamos: “[...] fizemos votos escolhendo as candidatas mulheres”! Isso gerou um caloroso conflito entre mulheres e homens presentes. Imediatamente, fomos levadas a pensar: “[...] o que, efetivamente somos e o que as candidatas em quem votamos são?” Mentalmente, sobreveio-nos a resposta, cruel e implacável: “somos mulheres<sup>1</sup>”.

Observamos e sentimos, no teor das discussões, que somente os homens podiam participar das discussões políticas e, ainda, que a presença feminina “desequilibra” o jogo na política. Parece que a orientação de misoginia não é espontânea quando se trata de política, do espaço de fala, da tomada de posições. Perguntamos: as mulheres que tomam posição teriam rompido com algum código de gênero por defenderem perspectivas políticas e opinarem sobre questões nesse campo? Somos mulheres, e aí? Não podemos votar em quem quisermos?

Esse episódio, ocorrido no dia do segundo turno das eleições de 2018, traz à baila a problemática das relações de gênero e a questão da histórica falta de reconhecimento da mulher como um ser igualmente capaz de dividir com o homem o espaço público – os espaços de fala e da política. Fica explícito, ainda, um sentimento de menos-valia, de subalternidade, de que o lugar da mulher não é o lugar da palavra pública, sob certa desvalorização, imposta e internalizada pelos homens e pelas próprias mulheres.

Historicamente, como destaca Perrot (2005), as mulheres foram infantilizadas (*infans* é aquele que não tem fala própria – a criança), faladas pela terceira pessoa, faladas pelo adulto/masculino: pai, marido. Para Perrot (2005), as mulheres são uma leve sombra. Isso porque a narrativa tradicional lhes deu pouco espaço, na medida em que privilegia os homens nas cenas públicas – nas guerras, nas decisões políticas –, e elas aparecem pouco (PERROT, 2005).

Essa ausência da mulher é marcada pelo que Perrot (2005) chama de constitutivo da história. Seria exatamente essa falta proporcionada pelo silenciamento das mulheres, impedindo-as de assumirem seu valor na construção da história de seu povo, sua classe, seu país e políticas. Nesse jogo, como afirma Spivak (2010), encontra-se o subalterno<sup>2</sup>, em especial, “a mulher como subalterna”, em posição ainda mais obscurecida, nas condições de quem não pode falar, sendo submetida ao Outro.

Parece que, quando a voz das mulheres se desaproxima desse emudecimento histórico, é reconhecida e associada como voz de uma mulher violenta. Mackinnon (1987) diz que romper o silêncio é sempre violento e que, historicamente, as mulheres têm sido “vistas”, e não “ouvidas”, no patriarcado. São julgadas pela aparência e constrangidas no seu direito à fala, seja de forma material ou por um machismo difuso que geralmente torna ambientes políticos hostis às mulheres.

A emergência das vozes das mulheres em público aparentemente tem abalado e despertado uma “espécie de medo”. Esse medo conduz tentativas de margear o discurso da Outra, que intimida alguns homens e mulheres, seja pela força discursiva das mulheres, seja pelo próprio ato da emudecida de começar a falar ou da subalterna de se posicionar. A partir de Spivak (2010), observa-se uma supremacia masculina no espaço público.

Spivak (2010) discorre também sobre o silêncio das mulheres, enfatizando que a mudez feminina faz ver a necessidade do reposicionamento das mulheres no espaço social. Com esta afirmação, Spivak (2010) diz que alguns sujeitos têm roubada a sua faculdade de enunciação sobre si e sobre o mundo; são sujeitos a priori desqualificados do lugar de fala. Ao refletir sobre as mulheres como sujeitos subalternos, Spivak (2010) explicita a marginalidade destas na cena pública. Tal posição está em consonância com a de muitas teóricas feministas<sup>3</sup>, que destacam o público como tradicionalmente arena ou lugar do masculino.

As novas redes digitais e seus embates parecem tensionar essa questão do silêncio, de modo que paira a seguinte questão: “as subalternas podem falar” (SPIVAK, 2010, p. 10)? Na contemporaneidade, as mulheres, que historicamente não tiveram poder de fala, podem instaurar falas, entrar no diálogo político.

Este artigo é fruto dessas provocações iniciais e visa a problematizar como tem se dado a passagem entre o silêncio e as falas das mulheres nas redes digitais, considerando-se os espaços públicos da política. Para tanto, utilizamo-nos das análises de discursos publicizados na rede social Facebook (2018), especialmente no grupo do movimento #EleNão, nomeado de Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB).

### **Princípios teórico-metodológicos para análise do acontecimento discursivo #EleNão**

Inspiramo-nos na análise do discurso a partir da perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2009), que compreende a produtividade material dos acontecimentos discursivos, como a do movimento #EleNão. A análise do discurso reconhece os acontecimentos a partir da linguagem produzida e dos sentidos, operando em prol das significações e dos valores discursivos. Além disso, considera a materialização dos discursos o funcionamento enunciativo.

As formações enunciativas, posição ou conjuntura discursiva, definem o que pode e deve ser dito e/ou articulado em um discurso. As formações enunciativas assumem papel relevante, pois “[...] materializa[m] o discurso e os sentidos, digo que

os sujeitos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas” (FOUCAULT, 2009, p. 15).

Para Foucault (2009), os acontecimentos produzem inúmeros efeitos discursivos que incidem sobre os sujeitos, apresentam significantes, produzem “o mais” dos significantes. Eles subsistem e inventam a presença do Outro, na forma das significações, a partir da ordem de suas enunciações. A linguagem produz, assim, a potência dos significantes e articula os laços culturais no imaginário social. Nessa propagação virtual dos significantes que produz um sujeito a advir, as enunciações ganham valência, ou seja: sua incidência torna-se seu encadeamento, prescindindo dos sujeitos para sustentá-las.

Podemos dizer que a dimensão significativa – que engendra a linguagem –, pela enunciação e formalização, problematiza a sustentação do lugar do sujeito no campo do discurso e estrutura os laços sociais. Trata-se de uma ordem do discurso como aquela que dá um lugar ao sujeito (FOUCAULT, 2009), em sua incidência, estrutura e constitui o humano. Segundo Foucault (2009), o sujeito é produto da articulação significativa elementar engendrada pelos acontecimentos, pois o discurso se produz a partir das enunciações.

Tratamos aqui de alguns vestígios de enunciabilidade do movimento #EleNão – vestígios que nos conduziram a pensar as enunciações como operações que regulam a retomada e a circulação de certos discursos. Esse movimento confirma a memória de uma cultura reinventada, formando redes que possibilitam o retorno de alguns sentidos e representações, constantemente reatualizados, provocando emergências na história e na memória do presente. Os enunciados são confrontados, repetidos, deslocados, podendo-se observar o movimento de uma trama enunciativa. Para que uma memória discursiva seja materializada, faz-se necessário identificarmos as enunciabilidades que se encontram no espaço interdiscursivo, onde os enunciados se articulam, representando-a.

Nosso trabalho de análise, aqui neste artigo, não se resume a uma atividade de comprovação empírica de dados, uma vez que seguimos outra linha de raciocínio. Inclusive, não cabe nessa perspectiva uma preocupação quantitativa na análise do corpus, tendo em vista que a análise não se situa no domínio dos produtos, mas no

dos processos, em especial, dos processos de produção dos sentidos e significações. É um trabalho de natureza compreensiva, cuja tarefa se apoia sobre uma espécie de representação de um imaginário retido na memória, por meio de operações de retomadas dos sentidos possibilitadas pelos acontecimentos do movimento #EleNão.

Procederemos, então, à análise, alinhavando alguns dos sentidos de enunciação do movimento #EleNão. Nossa análise articula a compreensão da relação entre a linguagem, a leitura e o acontecimento do movimento. O recorte analítico que se segue tem um funcionamento específico: impulsiona o nome do movimento #EleNão, o dado, como um acontecimento e uma referência. Nesse recorte inicial, procuramos delimitar, compreender e elucidar o lugar do movimento, visando a problematizá-lo com a força da materialização da palavra, da linguagem, dos sentidos.

A seguir, apresentamos alguns dos sentidos da enunciação #EleNão. Ora, não se participa do mundo público e da política sem a mediação da linguagem, que se materializa, fundamentalmente, nas enunciações, nas falas, nas posições, nas manifestações, como uma comunicação enunciada. O enunciado #EleNão declara, dá uma existência, ou ainda, produz uma nova situação, acionando um conjunto de efeitos. É um pouco sobre esses efeitos que queremos aqui pensar.

### **Movimento #EleNão**

A partir da primeira década do século XXI, as mídias digitais têm enfatizado controvérsias sobre alguns dos principais dilemas sociais que atingem as mulheres no mundo. São criadas, por exemplo, *hashtags*<sup>4</sup> internacionais, que se associam às nacionais, tais como: #PrimeiroAssédio, #MulheresContraCunha, #AgoraÉQueSãoElas, #MeuAmigoSecreto, #NãoMereçoSerEstuprada, #EstuproNuncaMais e #NãoÉNão. As *hashtags* são vistas como espaços para tensionar/pensar o feminismo nos interstícios de suas igualdades e diferenças, traduzindo-se em campanhas de conscientização no campo das relações de gênero.

Entendemos que foi na esteira dessa lógica cultural que emergiu o movimento #EleNão, em setembro de 2018. Como nos ensina Foucault (1998), não há uma definição de quando algo começa, e sim algumas pistas de como emerge. Ele ainda



nos desafia, dizendo: “Como começa se as coisas acontecem antes de acontecer?” (FOUCAULT, 1998, p. 135). Trata-se da continuidade e da descontinuidade da vida na linguagem (FOUCAULT, 1998).

Para Foucault (1998), a emergência é o que rompe o solo silencioso onde ingenuamente pisamos, é aquilo que produz algumas rupturas. Foucault (1998, p.13) questiona: “como vencer a distância entre palavras e coisas, a distância entre nós e o outro?”. Então, criamos, escrevemos, falamos. Falar é uma potência, é um modo de declarar-se no mundo, de movimentar o fundo dos silêncios, no caso, o das mulheres brasileiras nos debates políticos. Entendemos #EleNão não como um movimento capilar, mas de ampliação da participação das mulheres no debate público. É sobre como nós, mulheres, estamos ocupando a política e os espaços públicos e como neles estamos nos reinventando.

O movimento #EleNão emerge com um grupo composto por meninas e mulheres brasileiras que se mobilizaram inicialmente nas redes digitais – em grupos<sup>5</sup>, a partir do Facebook (2018), que se desdobraram (nos âmbitos nacional, estadual e municipal). Para Hollanda (2018, p. 48), há diferenças entre os movimentos políticos tradicionais e os atuais. Entre eles, os atuais, “[...] nascidos por gerações espontâneas, [...] são flexíveis tanto do ponto de vista organizacional quanto político”.

O grupo formado, em função do grande contingente de participantes, passou a contar com algumas administradoras para controlar as publicações endereçadas. As publicações seguiam um conjunto de regras, citadas inicialmente no escopo do grupo, tais como: “escrever com simpatia e gentileza para com o Outro, não publicar/manifestar nenhum discurso de ódio, promoção ou spam, respeitar a privacidade, proibição de imagens de menores de idade, proibição de pedidos de boicotes e de curtidas, evitar publicações repetidas”.

Trata-se de um grupo heterogêneo e divergente em termos de idades, religiões, pertencimentos, escolarizações, rendas e ideias. No entanto, ao invés de focar nas diferenças dos membros, o pressuposto foi focar naquilo que as une, e o que nos une.

A posição das mulheres é explícita em relação às declarações machistas e homofóbicas. O grupo destaca que “não é contra a pessoa de um homem”, e sim, contrapropostas conservadoras, relacionadas às questões do feminino e das minorias,

contra a perturbação da política que se endereça a manter/fazer uma guerra moral contra as mulheres e os LGBTQI, que expressivamente se somaram ao movimento nas redes e nas ruas. O #EleNão foi/é um movimento de resistência a velhas questões; significa o combate ao machismo, ao racismo, à homofobia, à misoginia e à tirania da repressão e da submissão.

Esse movimento extrapolou as redes digitais, pois mobilizou as formas de ativismo político justamente na articulação entre os espaços das redes e das ruas. Consideramos inédito o movimento no Brasil, uma vez que as mulheres brasileiras, de um modo geral, têm pouca tradição de ocupar as ruas<sup>6</sup>. Esse movimento e o ato deram-se de maneira mais pontual no dia 29 de setembro, sendo a manifestação considerada como a maior da história do Brasil<sup>7</sup> e também das eleições de 2018.

#EleNão mobilizou um feminismo plural, tensionando a posição de inclusão das mulheres na pauta política de governo. Algumas demandas das mulheres eram tidas como centrais à democracia, tais como: respeito pela condição – somos mulheres, queremos cuidar dos filhos, por isso, tem que haver creches; queremos decidir quando ter filhos, por isso, reivindicamos saúde reprodutiva e legalização do aborto; queremos trabalhar e cuidar, por isso, desejamos igualdade no mundo do trabalho, entre outras. Também na pauta, o movimento cobra uma resposta à exigência de um plano de governo que considere o alto índice de feminicídios, pois o Brasil atualmente apresenta a 5ª taxa mais alta do mundo. No país, perpetua-se a cultura do estupro, crime ao qual meninas e mulheres brasileiras são as mais vulneráveis e suscetíveis, enfrentando violência por parte das pessoas mais próximas (um estupro a cada 11 minutos). Além disso, há a desigualdade salarial, uma vez que mulheres ganham, em média, 75% dos salários pagos aos homens (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Entendemos o movimento #EleNão como um movimento que busca o espaço de novas formas de falar e abre um campo de debate “[...] sobre as posicionalidades dos sujeitos” (HOLLANDA, 2018, p. 18), convocando outra posição das mulheres nas políticas.



## #EleNão como posição enunciativa de afirmação e de reconhecimento delas

A expressão jocosa #EleNão, e não por isso menos séria, tem potência para perturbar/tensionar o lugar e o espaço hegemônico *dele* nas representações políticas, nas posições públicas. O movimento #EleNão, entendemos que foi, sem sombra de dúvida, uma oportunidade de destacar que *Elas* estão ascendendo em espaços de manifestação pública com palavras, tensionando a primazia do masculino – *Ele* – no campo da política e no espaço público. Ao enunciar #EleNão, *Elas* adentram no debate como significante que argumenta, reivindica posições de falas constitutivas de significação, de valor linguístico. A afinidade com a questão dos sentidos viabiliza também a demarcação de um lugar de voz a *Elas*.

Há muito tempo, a tradição teórico-política do movimento feminista<sup>8</sup> legou-nos um ensinamento indispensável: a via central para o processo de afirmação e reconhecimento passa pela evasão do sítio do silêncio. Para Butler (2018), a reconhecibilidade precede uma noção de reconhecimento. É necessário falar, é necessária a construção de um sistema de escritura que realoque o lugar de um sujeito subalternizado, aprisionado por um imaginário do não lugar-função – no caso das mulheres, como alguém que não entende e não participa de política. Ouve-se do senso comum: “(...) *lugar de mulher não é na política (...) a política pertence aos homens*”. Os homens são os sujeitos que historicamente foram (e são) legitimados para o exercício da fala no espaço da política e nos espaços públicos.

Desse modo, #EleNão é a emergência construtiva de uma nova cultura política que força que *Elas* sejam tratadas e pensadas em uma posição de participação, fala, mobilização, presença, valorização e igualdade no campo da política. #EleNão significa que as mulheres falaram e se manifestaram em um momento político importante do país. Spivak (2010) diz que um ato carregado de originalidade produz consequências sociopolíticas e reatualiza as relações de forças entre as que enunciam e os ouvintes. A luta pela fala, pela palavra, só existe imersa em situações de disputas.

Para Carrillo (2007), a partir dos anos 1960, emerge um deslocamento dos sujeitos da enunciação na América Latina. Aqueles que até agora haviam sido

produzidos como subalternos abjetos vão reclamar progressivamente pela produção de um lugar, de um saber sobre si mesmos, um saber que questiona as posições hegemônicas. Segundo Carrillo (2007), as definições e teorizações acerca do conceito de subalternidade são resultado da passagem do lugar daquele que é considerado “o outro” na vida pública para o lugar do sujeito “falante”.

O que está em jogo nas proposições de Spivak (2014) é a capacidade do subalterno de representar-se. Nesses termos, o subalterno passa a falar quando encontra reconhecimento e legitimidade de fala na esfera pública. O movimento #EleNão, que aqui entendemos como uma prática linguística discursiva e enunciativa, é resultado de disputa da posição de reconhecimento e de afirmação *delas*.

O enunciado linguístico #EleNão produz inúmeros murmúrios e falas, entendidas aqui, como Butler (2018) define, de busca de reconhecimento e afirmação social, em que os sujeitos – aqui, as mulheres – reafirmam a “precariedade” de suas condições, suas lutas/causas, como sujeitos em “pé de igualdade” de aparecer como sujeitos políticos. As mulheres, nesse caso, visam a legitimar seu lugar na construção de signos, símbolos, recolocando-se como sujeitos que agem e se posicionam na construção de sentidos nas esferas da política pública. #EleNão surge como um movimento de não deixar que as conquistas das gerações passadas das mulheres morram ou fiquem à margem.

Além disso, o acontecimento discursivo #EleNão produz sentidos de ação política no imaginário social brasileiro, isto é, reposiciona certa saída da condição das mulheres como subalternas que não falam. Subalterno, só para lembrar, é uma expressão dicionarizada como “que ou aquele que está subordinado a outro. Que ou aquele que, por se sentir inferior, age com submissão” (MICHAELIS, 2018, s/p.).

Desse modo, é possível pensar, como nos desafia Spivak (2015), que o movimento #EleNão produz uma passagem do subalterno para um lócus enunciativo, aquele que anuncia, fala. Ressaltamos o poder de enunciação produzido pelas variedades discursivas no movimento #EleNão, que deu ênfase e destaque ao direito de aparecer das palavras delas, um poder de fala/manifestação atribuído a *Elas* no processo. Esse movimento passou pela distinção e nomeação – entre eles e elas – em que sujeito e objeto, no caso, as mulheres, ocupam lugares. Dessa forma, o

silêncio das subalternas imposto culturalmente provoca (des)aparecimento; conseqüentemente, emerge uma representatividade na esfera da política e da cultura.

### **O reconhecimento delas: o #elenão e a performatização da fala**

Butler (2018) diz que a performatização dos atos de fala desdobra e sustenta uma afirmação de reconhecimento, legítima em presença discursiva, apresentando uma concepção subvertida da velha representatividade, aqui a do silêncio. Utiliza-se, assim, o movimento #EleNão como um local de enunciação transgressivo que posiciona, reativa e reconfigura os arquivos da memória do silêncio das mulheres no Brasil. A enunciação, então, como o momento em que a linguagem é praticada – da fala ao ato –, envolve não apenas a existência de seus participantes, como também a espalhabilidade discursiva de suas posições e de suas afirmações políticas para um contexto maior do espaço social, produzindo mais interações e visibilizações.

Para Butler (2018), o sentido da política é definido pela ação, o que inclui um sentido ativo duplo: o da fala, os atos verbais; e o da ação corporal, na presença dos corpos. Vemos na afirmação da fala a performatividade “por meio dos gestos, das atitudes, dos modos de mobilidade, do som, da imagem e dos vários modos de meios expressivos” dos corpos no espaço público (BUTLER, 2018, p. 227). Assim, a maneira como “nos posicionamos” é a parte da dimensão performática da política situando a fala como ato corporal. Butler (2018) define a política como postura ativa, verbal e corporal que acontece dentro de uma esfera pública que demarca e expõe operação de repúdio, o que ameaça destituir o valor de uma população, aqui o valor das mulheres.

Entendemos que o movimento #EleNão demarca que há barreiras diferentes de lugares entre eles e elas. *Ele* geralmente encontra-se em uma posição superior à *dela* – visto de forma caricatural, *ele* está na posição de fala, e *ela*, no oposto, no silêncio. #EleNão a convoca a sair do silêncio e retoma a proposta de solidariedade e de aliança como organizador político inicial de resposta das mulheres brasileiras.

Butler (2018) endossa a tese de aliança, de resistência às precariedades; mais ainda, diz que a precariedade é associada a uma política da desorganização<sup>9</sup>. Da

necessidade de um entendimento da condição de precariedade do Outro – *delas* –, a saída encontrada está exatamente em criar alianças para escapar do controle. Isso porque, em algum momento, elas descobrem que não há como pertencer a um sistema que é naturalmente excludente, silenciador. Sua opção passa a ser respostas ao silêncio, e a resposta é a “fala”, que poderá construir uma resposta às exclusões históricas.

As mulheres percebem um sistema historicamente engessado que as julga e (des)qualifica, a ponto de silenciá-las na política. Assim, como alternativa, viram o movimento #EleNão, em um gesto de resistência. Elas se voltam, usam a memória, a criação no plano da comunicação, fazendo-se como voz audível.

Foucault (2009) traz uma perspectiva relevante na questão dos discursos enunciáveis e do poder. Para o autor (2009), o discurso enunciado é uma importante organização (ordem) funcional na qual se estrutura um imaginário social. Isso significa que há na sociedade um meio de controle discursivo que cria posições e estereótipos, dá voz ou faz calar. Isso nos remete à posição de Spivak (2014), que diz que depende das subalternas a tomada da palavra nos espaços públicos.

Podemos compreender o movimento #EleNão, a partir de Butler (2018), como uma política de performatividade, como um modo de enunciar e decretar valor em meio a um contexto que ameaça a destituir, no caso, o valor das mulheres, o valor de suas conquistas. Como diz Butler (2018), de fato, há uma resistência em trazer à tona uma vida mais possível de ser vivida, que se oponha à distribuição diferencial da condição precária. A esfera das desigualdades necessita ser repudiada a fim de justificar e evidenciar outra esfera: a igualdade. Para isso, precisamos de ações capazes de nomear, enunciar e expor as contradições, bem como as operações de repúdio dos meios que as sustentam. A ideia é exigir uma vida igualmente passível de ser vivida, reivindicar e requerer a distribuição igualitária<sup>10</sup>, no caso, dos bens/valores públicos.

O ponto de partida é uma nova política em que as palavras e as falas são capazes de explicar a relação entre a condição desigual precária por atos performativos. A performatividade da política exige, ainda, a dimensão de agente ativa de falas e das outras dimensões corporais. O movimento #EleNão corporifica ações em seu conjunto de luta, apela para que as particularidades das mulheres prosperem

e para que suas vidas (causas) se tornem visíveis. A política exige “espaço de aparecimento” (BUTLER, 2018, p. 52) como organização das pessoas, ação e falas conjuntas. Para Butler (2018, p. 52), trata-se do espaço de aparecimento “no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço onde apareço para os outros e onde os outros aparecem para mim”.

A partir dessa formulação, percebemos que o espaço público é um espaço de domínio onde a singularidade de cada gênero é reconhecível por meio da ação e onde o discurso se dá mediante a palavra e a ação, que as mulheres se permitem ver e reconhecer nas suas especificidades. Para Butler (2018), as políticas produzidas pelas redes digitais e pelas ruas, as nomeia como políticas em “alianças”, ainda, para Butler (2018), trata-se de um exercício público de gênero, que depende fortemente das ligações entre os sujeitos e do direito de aparecer no sentido de existir.

O movimento #EleNão caracteriza-se como alianças entre “[...] corpos distintos que exercem o poder performativo de reivindicar o público, uma performatividade que não é apenas discursiva, mas que demanda ação corporal, gestual, movimento, resistência, persistência, exposição” (BUTLER, 2018, p. 75). Performatividade é “uma repetição e um ritual de reiteração (BUTLER, 2018, p. 21). Butler (2018, p.21) adiciona o operador “corpos em aliança” (*bodies in alliance*).

Para Butler (2018), essa relação de aliança sustenta a questão da aparição e visibilidade, apoiada por uma performatividade. Nessa direção, o movimento #EleNão é tido como um espaço de aparição, tanto nas redes quanto nas ruas, como uma forma de atuação que também produz novas noções. As mulheres “(...) dizem: ‘não somos descartáveis’, quer estejam ou não usando palavras no momento; o que elas dizem é ‘ainda estamos aqui, persistindo, exigindo uma maior justiça, uma libertação da precariedade, uma possibilidade de uma vida habitável’” (BUTLER, 2018, p. 26). Assim, a performatividade em Butler (2018) é da ordem dos processos e condições de atuação, das condições de possibilidade de agir.

O movimento #EleNão produz os atos performativos, que tanto ratificam o reconhecimento e a existência enquanto sujeitos políticos, quanto subvertem as mulheres da condição de silêncio. Essa performatividade em aliança conduz à produção de subjetividade política das mulheres – uma produção que conecta novas

políticas de participação que circulam e incidem em nossos tempos (BUTLER, 2018). Surgem novas subjetividades políticas. Em Butler (2018), tornar-se sujeito político implica capacidade de agir diante de constrangimentos enredados em relações discursivas de poder; é constituir-se por meio delas e submeter-se em uma constante tensão entre operações: subjugação, ação, resistência.

A relação entre o processo de nomeação da linguagem, a construção da subjetividade e o lugar dos discursos permite-nos pensar na importância da posição de fala. Se as mulheres não podem fazer parte do processo dialógico, tornam-se objeto da fala, por conseguinte, sua subjetividade sai de cena. O sujeito político só se constitui na interação com os outros. É necessário comunicar-se para existir, e a subjetividade depende da interlocução. Esses são axiomas das teorias da enunciação que indicam a necessidade da fala como marca da subjetividade política.

O movimento #EleNão, do nosso ponto de vista, ajuda na produção de subjetividades políticas que demandam atuação, reivindicação pública do direito de aparecer, uma visibilidade na oscilação entre o espaço tangível e o fisicamente possível, o das redes digitais e o das ruas. Entre os sentidos, no #EleNão, destacamos a fala no/do político como um dos elementos desses novos tempos da comunicação. Potência da participação – a fala, o “atuar” (o trânsito ao ato), no sentido político dos “resultados”, abre possibilidades de novos “usos” da fala das mulheres no espaço das redes informativas e de novas formas-de-vida pública, afirmando um estado de emergência das questões do lugar de enunciação do sujeito *delas*.

### **Longe de concluir: temos muito que compreender**

Reconhecemos que há outros caminhos teórico-metodológicos que poderiam ter sido explorados; entretanto, optamos por problematizar #EleNão e alguns dos sentidos dessa expressão discursiva geral. Estas discussões estão muito longe do fim. #EleNão foi visto como um acontecimento discursivo presente em um conjunto de enunciados que, além da expressão linguística, produziu “[...] um conjunto infinito de desempenhos e sentidos” (FOUCAULT, 2009, p.33), e neste artigo destacamos alguns deles.



O movimento #EleNão emergiu como um movimento entre as redes digitais e nas ruas das diferentes cidades brasileiras. Tomando as referências de Butler (2018), é possível dizer que esse movimento reinventa o gênero feminino ao reivindicar o direito de aparecer, de falar, de manifestar-se sobre a política. Ratifica o reconhecimento e a existência, no caso, das mulheres, enquanto sujeitos políticos com direito de aparecer publicamente.

O #EleNão, escavado pelo direito de falar, demonstra que a luta das mulheres está apenas começando. Estão se deslocando do lugar de subalternas, compreendendo o direito dos “lugares de fala”, de falarem juntas, de fazerem um “eco coletivo”. Apresentar-se nas redes e nas ruas, na luta pelos seus direitos, é um movimento que não tem volta, pois as mulheres se colocam para questionar a própria precarização das condições de existência. É o coletivo que clama: “estamos aqui, existimos, demandamos” (BUTLER, 2018, p. 124). “Bora” falar, “bora” não fraquejar.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia.** Trad. Fernanda Siqueira Miguens. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/16.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** Uma arqueologia das ciências humanas. 1. ed. Lisboa: Portugalia, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644436458>

HOOKS, Bell. **Feminism Is for Everybody: Passionate Politics**, Cambridge, MA: South End Press, 2000.

MACKINNON, Catharine A. **Feminism unmodified: discourses on life and law**. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

MICHAELIS, Dicionário On-line. *Subalterno*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subalterno/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos feministas**, Florianópolis, n. 2, mai. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PERROT, Michele. **As Mulheres e os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present**. Cambridge: Harvard university Press, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Critica del aragione postcoloniale**. Roma: Meltemi, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

## Correspondência

**Maria Simone Vione Schwengber** — Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul — Rua do Comércio, 3000, Bairro Universitário, CEP 98700-000, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

## Notas

<sup>1</sup> Partimos desse pressuposto tendo em conta que “mulher” não é uma referência monolítica, mas lugar de um conjunto de diferentes experiências complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se superpõem, tais como classe, etnia, geração, escolaridade, religião, estilo de vida e preferência sexual, entre outras. Conforme Spivak (2000), “mulher” não como categoria biológica, nem sequer sociológica, e sim como um ponto de encontro (e às vezes de desencontro) entre o simbólico, o físico e o sociológico.

<sup>2</sup> Para Spivak (2004), subalterno não é um sinônimo de oprimido. Os subalternos são sujeitos e grupos submetidos a outro grupo social, não possuindo posição própria legítima. Assim, o subalterno é aquele que tem a fala impedida de reconhecimento. Os subalternos são, nas proposições de Spivak (2004), todos aqueles que não participam, ou que participam de modo muito limitado.

<sup>3</sup> Okin (2008) destaca as bases sobre as quais o liberalismo trata a dimensão do público como parte do domínio masculino.

<sup>4</sup> Campanhas encampadas por mulheres que fazem algum tipo de denúncia (HOLLANDA, 2018).

<sup>5</sup> A criadora do grupo, Ludimila Teixeira, apresenta-se em seu perfil como “mulher, negra, feminista, defensora animal e das minorias”. Ludimila disse: “a gente nunca imaginou que, em 48 horas, ia juntar mais de 3,8 milhões de seguidoras”.

<sup>6</sup> No Brasil, as mulheres não têm a mesma tradição de ocupar as ruas, como ocorre na Argentina e demais países da América Latina.

<sup>7</sup> Segundo alguns sites de notícias, como BBC News e El País. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

<sup>8</sup> Como afirmam Perrot (2005) e Hooks (2000), nossos passos vêm de longe, por isso, reafirmação de trazer as vozes para dar visibilidade, destacando-se a coexistência nas relações de poder.

<sup>9</sup> Para Butler (2018), a precariedade depende, em grande medida, da organização que o sujeito tece entre as relações políticas, simbólicas e sociais.

<sup>10</sup> *Maninterrupting*, *mansplaining* e *gaslighting* são alguns dos termos criados contemporaneamente, relacionados a avaliar/acompanhar as intercepções (interrupções) masculina nas falas quando uma mulher se posiciona publicamente, de modo particular, na política, em reuniões e palestras mistas. *Maninterrupting* é uma expressão que faz uma junção de *man* (homem) e *interrupting*, avaliar comportamento quando uma mulher não consegue concluir sua frase por ser constantemente interrompida pelos homens ao redor. Essa expressão acabou desdobrando-se em outra, *mansplaining*, quando um homem acha que sabe mais sobre um tópico do que uma mulher; nesses casos, o homem interrompe a mulher para mostrar que sabe mais do que ela. E ainda há a expressão *gaslighting*, derivada do termo inglês *gaslight* (luz [inconstante] do candeeiro a gás); designa um dos tipos de abuso psicológico que leva a mulher a achar que enlouqueceu ou que está equivocada sobre um assunto. Aponta um comportamento manipulador, usado para induzir a mulher a pensar que suas reações são tão insanas que ela só pode estar maluca, doída.